



**Relato da reunião ordinária do CD EPSJV
29 de agosto de 2019**

PAUTAS

Comissão de Saúde do Trabalhador

O CD EPSJV teve a participação de Rodolfo Pereira (Lavsa), Mayrilan Rolim (SGP/EPSJV), Sônia Gertner (coordenadora do Centro de Saúde do Trabalhador-CST/Cogepe) e Mônica Olivar (assistente social do CST/Cogepe), que apresentaram o funcionamento da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) e fizeram uma explicação sobre conceitos de saúde do trabalhador, incluindo as legislações sobre o assunto. Rodolfo destacou a importância do tema, pois o sofrimento do trabalhador não termina nele, impacta a família e deságua em um problema social.

A CISSP está prevista na Política de Atenção à Saúde do Servidor e já funciona em diversos órgãos federais. Na Fiocruz, a primeira unidade a implantar a Comissão foi o Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos (ICTB). A unidade contou com a assessoria do CST para a implantação.

Mônica explicou que, na prática, a CISSP não é voltada apenas para os servidores: tem um espectro mais amplo, incluindo todos os trabalhadores da Fundação. Para montar a CISSP, é necessário que seja constituída, primeiro, um grupo de trabalho para organizar a eleição dos integrantes da Comissão, incluindo a construção de um regimento. Sônia explicou que o objetivo da CISSP é valorizar a participação e o conhecimento dos trabalhadores, a fim de contribuir para a melhoria das relações e do processo de trabalho.

Sônia também falou sobre o trabalho desenvolvido pelo CST/Cogepe na Fiocruz. Ela explicou que o Centro tem o objetivo de propor políticas e estratégias para a saúde do trabalhador e realiza ações como imunização, ações ergonômicas, preparação para a aposentadoria, pronto-atendimento, avaliação de saúde, exames periódicos, ações de nutrição, promoção à saúde, perícia e avaliação psicossocial, entre outras. O CST participa também do Fiocruz Saudável, da Comissão de Assédio e Violência no Trabalho e do Comitê de Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência. Ela destacou que a questão da saúde mental tem sido motivo de bastante preocupação e que o CST tem promovido ações de prevenção nessa frente.

A coordenadora do CST explicou que a proposta é que a CISSP da EPSJV seja formada de maneira voluntária. Após ser constituída, a comissão fará um diagnóstico e traçará um plano de trabalho para intervenções nas condições de trabalho da unidade.

Mayrilan disse que, nos últimos anos, tem observado um processo de adoecimento na Escola. Atualmente, ela avaliou que esse processo está acirrado por conta de questões profissionais, pessoais e da violência no entorno. Pediu aos conselheiros que pensem com carinho sobre a participação na comissão que poderá auxiliar os profissionais a enfrentarem as questões de saúde do trabalhador.

A Direção disse que muitos dos casos de adoecimento de trabalhadores da Escola são relacionados ao processo de trabalho e que o profissional acaba deixando a Escola, mas a causa do problema não é enfrentada. Lembrou que é preciso pensar na maior humanização do processo de trabalho e não naturalizar que o problema do trabalhador é individual. Também solicitou ao CST que informe à Escola quando houver casos de trabalhadores da unidade em atendimento, pois a Direção só é notificada quando o Núcleo de Saúde do Trabalhador (Nust) decide pela transferência de unidade do trabalhador. A Direção disse que tem chegado do Núcleo de Saúde do Trabalhador (Nust) casos de adoecimento de trabalhadores, colocando que estes casos estão relacionados ao processo de trabalho da Escola. No entanto, quando o Nust inicia esse acompanhamento junto ao trabalhador, não há um diálogo do NUST junto à Escola para que se possa, de fato, enfrentar a questão. Ressaltou também que não avalia que a escola está provocando um processo de adoecimento, mas que as condições da materialidade concreta não estão fáceis. No entanto, destaca que é preciso pensar na maior humanização do processo de trabalho e não naturalizar que o problema do trabalhador é individual.

A coordenadora do Lateps destacou que é preciso ter cuidado com a análise genérica sobre o adoecimento no processo de trabalho, pois ela considera que há uma mediação sutil entre o adoecimento pelo trabalho e pelo processo de trabalho. Ela acredita que a Fiocruz pode trazer outras possibilidades de enfrentamento das relações de trabalho e disse ainda que, na EPSJV, é preciso superar os processos críticos e delicados vividos nos últimos anos. Ressaltou que a Escola tem sido um exemplo de maturidade, que estão conseguindo trabalhar em conjunto e que esse fortalecimento interno é mais significativo e relevante do que alimentar questões da pequena política da unidade. Ela disse esperar que a CISSP auxiliasse a Escola na construção da busca pela saúde e não da reiteração do adoecimento. A coordenadora ressaltou ainda que se preocupou com o tema tratado em uma reunião promovida pela Corregedoria-seccional da Fiocruz, no dia 28 de agosto, sobre a questão das denúncias de irregularidades no serviço público. Para ela, isso é uma ponte expressa para o adoecimento.

A coordenadora do Lic-Provoc ressaltou a importância da CISSP para a Escola e disse que também ficou preocupada após a reunião com a Corregedoria. Ela disse que se assustou com a necessidade de mecanismos de vigilância e questionou a não participação da Cogepe na reunião, tendo em vista que a saúde do trabalhador tem relação com as pactuações de trabalho. Nesse contexto, considera que a CISSP é fundamental e também que devem ser debatidas com urgência na Escola as questões de saúde do trabalhador e as responsabilidades do servidor público, conforme discutido na reunião com a Corregedoria.

O coordenador do Labform concordou com as ponderações das coordenadoras do Lapeps e do Lic-Provoc e perguntou como será o processo de trabalho da CISSP na EPSJV. Disse que se preocupa com o tema da saúde do trabalhador, pois seu laboratório tem diversos casos de profissionais adoecendo e esse absenteísmo gera a falta dos professores em sala de aula. Ele considera importante que um representante do Labform participe da comissão.

A coordenadora do Laborat concordou com a preocupação dos coordenadores que a antecederam e destacou que o impacto do adoecimento é singular e individualizado, portanto, para cada trabalhador se manifesta de uma maneira. Ela disse que a sensação do aumento de vigilância e controle tem crescido e que está sendo criada uma cultura denunciante, que ficou mais explícita na reunião com a Corregedoria.

A coordenadora do Labgestão disse que se preocupa com a questão do adoecimento e também com o denunciamento. Lembrou que é preciso debater as questões que trazem sofrimento e traçar estratégias para que ele não vire adoecimento. Ela disse ainda que se preocupa com o sindicato frágil e pouco atuante em relação aos ataques que os serviços públicos estão vivendo, o que não fortalece os trabalhadores da Fiocruz para a luta. A coordenadora disse ainda que participa, individualmente, do Fórum Intersindical Saúde - Trabalho – Direito, mas que considera importante que a EPSJV tenha representação institucional no fórum.

O vice-diretor de Ensino ressaltou que é indispensável que haja a responsabilização conjunta da Escola em relação às questões de saúde do trabalhador. O vice-diretor de Gestão disse que discorda que a Escola esteja adoecida, pois considera que, atualmente, há diversas questões conjunturais do país que também provocam o adoecimento e que é preciso buscar caminhos para contribuir com a saúde do trabalhador. Sobre a implantação da Corregedoria-Seccional da Fiocruz, ele explicou que é uma obrigatoriedade para os órgãos federais e que a Escola pode levar sugestões para a Presidência sobre o funcionamento da Corregedoria.

A coordenadora do CST disse que já conhece o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Corregedoria e que ele também deve incluir o viés da saúde do trabalhador. Disse também que o CST participa do Fórum Intersindical de Saúde do Trabalhador, que ela considera um excelente espaço para as discussões do tema.

Sobre a CISSP da EPSJV, Sônia explicou que o trabalho de construção deve ser coletivo, preferencialmente com a representação de todos os laboratórios e setores no Grupo de Trabalho que irá organizar o processo eleitoral da comissão. Ela sugeriu que a capacitação dos integrantes da CISSP seja certificada pela Escola e disse que o tempo que cada trabalhador vai dedicar à comissão pode ser pactuado internamente entre os membros.

A Direção solicitou que os interessados em participar do Grupo de Trabalho que vai pensar a implantação da CISSP na EPSJV enviem os nomes até o dia 9 de setembro.

Homologação do relatório do Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos

O coordenador do SADM fez uma nova apresentação do Plano de Gestão de Riscos e Controles Internos da EPSJV. De acordo com a Instrução Normativa 01 (10/05/2016), todos os órgãos do governo federal devem adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos.

Em 2018, o CD Fiocruz aprovou a Política de Gestão de Riscos da Fiocruz, que prevê que o próprio Conselho Deliberativo se constitui como o Comitê de Governança, Riscos e Controles da Fundação. No caso das unidades, o gestor responsável é sempre o diretor.

Também foi criado o Guia de Gestão de Riscos da Fiocruz, que define os dez passos para a implantação do gerenciamento de riscos nas unidades, incluindo a criação do Comitê de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos de cada uma delas.

Nas unidades, o primeiro passo é instituir o Comitê de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que será responsável, entre outras coisas, por identificar os processos passíveis de riscos, analisá-los e avaliá-los, definir as ações de gerenciamento dos riscos e implantar e monitorar o plano de tratamento dos riscos. O comitê da EPSJV é formado por 11 integrantes.

Na EPSJV, o Comitê selecionou três processos para a avaliação de riscos: as licitações dos contratos de terceirização dos trabalhadores da docência e da gestão e o processo seletivo para os cursos do ensino médio integrado ao técnico. O coordenador explicou que a tendência sinalizada pela Controladoria Geral da União (CGU) e pela Auditoria Interna da Fiocruz (Audin) é que, cada vez mais, os órgãos de controle monitorarão como é realizado o controle interno nos órgãos federais. Segundo ele, o objetivo não é apenas controlar, mas também saber como se controla os processos.

O vice-diretor de Gestão ressaltou que o Comitê se colocou à disposição dos laboratórios e setores para esclarecimentos sobre a gestão de riscos e que, a convite, se reuniu com os trabalhadores do Laborat e da Direção para esclarecimentos.

A coordenadora do Laborat destacou que, após a reunião com o Comitê e com a Coregedoria, está claro que é preciso incorporar no processo de trabalho de todos o registro das ações para fins de controle.

A coordenadora do Lic-Provoc também ressaltou que é necessário um acompanhamento mais próximo dos processos de gestão, inclusive das decisões mais cotidianas do processo de trabalho, e perguntou se o mapeamento de riscos vai se expandir para outros processos da Escola, além dos três que já foram mapeados, pois considera necessária a ampliação constante. Ela disse ainda que é fundamental a incorporação de análises e organização dos processos de trabalho por todos os gestores, não apenas para facilitar o trabalho de gestão, mas também para subsidiar uma ação de enfrentamento conjunto. A coordenadora ressaltou que quanto mais coeso o conjunto de trabalhadores da Escola estiver, mais fortalecidos todos estarão.

A coordenadora do Lateps lembrou que já é imputada ao gestor público a responsabilidade pelo controle dos processos e perguntou ao coordenador do SADM o quanto ele avalia que essa normatização acrescenta em qualidade e segurança ao trabalho do gestor público. Perguntou também qual a avaliação sobre a possibilidade de incorporar esse controle na Escola com a atual infraestrutura de pessoal.

O coordenador do SADM destacou que, de acordo com a avaliação de riscos e controles do governo federal, a Fiocruz tem um orçamento alto e uma governança baixa. Lembrou ainda que existem 214 normas a serem cumpridas na administração federal e que há sempre a possibilidade de haver um “deslize” e que, por isso, o controle está cada vez mais apertado.

Sobre a implantação do gerenciamento de riscos na Escola, ele disse que a perda de servidores nos próximos anos, por causa das aposentadorias, é um desafio, pois a tendência é ter cada vez menos servidores na área administrativa. Por outro lado, ressaltou que a sistematização dos processos administrativos traz um pouco de tranquilidade para os gestores. Ele disse ainda que a Fiocruz irá consolidar os relatórios de todas as unidades e o processo será validado pelo CD Fiocruz e enviado para o governo federal.

A Direção ressaltou a importância do trabalho coletivo, para pensar os processos cotidianos, e da qualificação permanente dos servidores que estão mais envolvidos com os processos administrativos.

O CD EPSJV homologou, por unanimidade, o relatório do Comitê de Gestão de Riscos e Controles Internos da Escola. O documento será enviado para a Presidência da Fiocruz.

Curso de Qualificação de Doulas

Ialê Falleiros (Lateps), José Mauro (Lires), Morgana Eneile (presidente da Associação de Doulas do Rio de Janeiro- Adoulas RJ) e Janaína Gentili (diretora de Formação e Pesquisa da Adoulas RJ) fizeram uma apresentação sobre o Curso de Qualificação Profissional de Doula. Eles fizeram um relato sobre como o curso chegou à EPSJV e como foi a formação da primeira turma, realizada de outubro de 2018 a agosto de 2019, com o financiamento de uma emenda parlamentar obtida pela Adoulas RJ. Também apresentaram a proposta para a segunda fase do projeto, com recursos de uma nova emenda parlamentar.

Morgana disse que, após obter a emenda parlamentar, a Adoulas RJ procurou a EPSJV por já conhecer o trabalho desenvolvido na Escola e considerar que esta instituição era o que a associação procurava para o primeiro curso público do país para a formação de doulas. Ela contou que os cursos privados oferecidos no país são de curta duração e que as doulas acabam fazendo diversas formações em busca de melhor qualificação. Por isso, a associação planejou um curso mais completo. A formação oferecida pela EPSJV tem 240 horas, com 120 horas de aulas teórico-práticas, 40 horas de plataforma digital e 80 horas de prática supervisionada em hospitais, iniciativa inédita no Brasil.

Morgana destacou que o fato do curso ser público democratizou o acesso e possibilitou a participação de mulheres de diversas regiões do estado do Rio. No processo de seleção das alunas, um dos critérios foi o fato da candidata não ter feito nenhuma formação de doula.

Morgana ressaltou ainda que existe um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional para regulamentar a profissão de doula nacionalmente. De acordo com ela, hoje, a profissão é regulamentada em 17 estados. O próximo passo depois da regulamentação nacional é a regulamentação da formação e, para que um curso seja registrado no Ministério da Educação, é necessário que tenha acontecido, no mínimo, três edições em uma escola regularmente instituída.

Na primeira turma, concluída em agosto de 2019, foram formadas 29 doulas. Ainda como parte da primeira fase do projeto, está em andamento a pesquisa 'Mapeamento das Doulas no Estado do Rio de Janeiro', que deve ser concluída em dezembro de 2019.

lalê destacou que os trabalhos de conclusão de curso elaborados pelas doulas têm um objetivo prático para o trabalho delas. Foram elaborados, por exemplo, uma ficha de avaliação do parto, um documentário sobre o curso, instrumentos de educação pré-natal, um mapa de rodas de conversas de doulas no Rio de Janeiro, entre outros. O curso contou ainda com uma aluna surda, que teve a mediação de intérpretes de libras durante toda a formação, e que criou um sinal em libras para a palavra doula.

Para a segunda etapa do projeto, estão previstas mais duas turmas do curso de qualificação, um curso de atualização para doulas já formadas, a elaboração e a impressão de material didático e a ampliação do escopo da pesquisa 'Mapeamento de Doulas' para quatro estados – São Paulo, Santa Catarina, Paraíba e Distrito Federal.

O coordenador do Lavsá parabenizou a equipe de coordenação do curso pelo trabalho realizado e destacou o fato de diversos laboratórios da Escola terem participado do curso. A coordenadora do Lic-Provoc e o coordenador da RET-SUS também parabenizaram o grupo pelo trabalho realizado. Ele também perguntou como funciona o processo de seleção das alunas.

Morgana explicou que, para a primeira turma, foram recebidas mais de 500 inscrições online. No total, 174 alunas entregaram a documentação, que incluía uma carta de intenções que foi um dos critérios de seleção. Para a segunda turma, a coordenação do curso espera um número de inscrições ainda maior e a seleção vai incluir também uma entrevista com as candidatas.

lalê agradeceu a todos os trabalhadores da Escola que contribuíram de alguma forma para a realização do curso e destacou a integração entre os trabalhadores de diversos laboratórios que participaram do curso.

Morgana agradeceu ao CD EPSJV a oportunidade de mostrar o trabalho realizado durante o curso e disse que gostaria que, com o tempo, o curso fosse absorvido pela

EPSJV, que ela considera uma Escola inovadora na educação profissional para o SUS. Ela disse que, desde o início, a Adoulas RJ tinha certeza que o curso deveria ser realizado na EPSJV e que a concretização do curso só reafirmou essa certeza.

A Direção agradeceu o trabalho realizado por todos que participaram do curso. Ela disse que, conforme decisão do CD EPSJV, o Curso de Doulas está inserido na VDEI, mas que esta não é função da VDEI, mas sim dos laboratórios. Ela lembrou que, atualmente a Escola não tem um especialista na área de saúde da mulher, mas que esse objeto está afeito à área de Atenção à Saúde. Ela disse ainda que Lalê Falleiros, que integrava a coordenação do curso por parte da EPSJV, entrará em licença sem vencimentos e não poderá mais assumir essa função para as próximas turmas.

A coordenadora do Lires disse que, com a licença de Lalê, o laboratório discutiu internamente a possibilidade de assumir a coordenação do curso, considerando que José Mauro já participa da equipe de coordenação. Mesmo entendendo que não é o tema central do Lires, o colegiado aprovou que a coordenação do curso seja assumida pelo laboratório. Com isso, a coordenadora do Lires assumiria a coordenação da emenda parlamentar e Fernanda, que atualmente é bolsista do laboratório, passaria a ser bolsista do projeto, colaborando com a coordenação do curso.

A coordenadora do Lateps destacou que, pelo fato de Lalê participar da coordenação do curso, o laboratório acolheu física e funcionalmente o desenvolvimento deste projeto. Sobre o Lires assumir a coordenação, ela considera que é uma solução temporária, por não ser o objeto de trabalho deste laboratório.

O vice-diretor de Ensino parabenizou o trabalho da coordenação do curso e a articulação interna que foi feita na Escola para a realização da formação com a participação de diversos laboratórios.

A coordenadora do Laborat disse que a questão da coordenação do curso de doulas foi discutida no colegiado e que eles reconhecem que o tema da formação tem afinidade com o objeto de trabalho do laboratório, mas que, neste momento, o Laborat não tem condições de assumir a coordenação de mais um curso da Escola. No entanto, ressaltou que os trabalhadores do laboratório estão à disposição para colaborar no curso.

A Direção agradeceu a disponibilidade do Lires em coordenar o curso, mesmo sem ser o objeto de trabalho do laboratório, e destacou que os recursos da emenda parlamentar vão ajudar a manter uma trabalhadora na Escola.

A coordenadora do Lires fez um breve relato da trajetória de Fernanda, que sempre foi bolsista na Escola, mas com vínculos diferentes de acordo com o projeto no qual está inserida. A bolsa atual termina em dezembro de 2019 e o laboratório perderia a trabalhadora, que participa de diversos processos formativos da Escola. Com a possibilidade de Fernanda ser inserida no Curso de Doulas, será possível manter a bolsa até o fim de 2020, colaborando com diversas ações da EPSJV.

A Direção propôs que o CD EPSJV encaminhe que o curso de doulas seja alocado temporariamente no Lires e que, sempre que necessário, o tema volte a ser discutido. O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, o encaminhamento.

Movimentação de trabalhadores

A Direção informou que recebeu um encaminhamento do Núcleo de Saúde do Trabalhador (Nust) para que fosse feita a remoção da servidora Muza Clara Velasques (Lateps) para a ENSP. Após receber a notificação, a Direção dialogou com a servidora e, posteriormente, com a coordenação de seu laboratório sobre a questão. Também entrou em contato com a coordenadora geral da Cogepe para solicitar que, em casos como este, a Escola seja notificada não apenas da decisão final, mas também no início do processo, para que possa atuar junto ao problema.

A referida servidora já desenvolve um trabalho em parceria com Paulo Amarante desde 2018, na ENSP.

A coordenadora do Lateps disse que a trabalhadora demonstrou a vontade de seguir a recomendação médica e deixar a Escola e que o grupo do laboratório respeita a decisão dela, entendendo que o processo de adoecimento é singular. Ela lamentou a perda da trabalhadora, mas destacou que foi um processo tranquilo dentro do laboratório.

O CD EPSJV confirmou a transferência da trabalhadora, conforme a decisão do Nust.

INFORMES

Câmaras Técnicas da Fiocruz

A Direção informou que a EPSJV tem 38 representantes, mais 38 suplentes, nos espaços institucionais da Fiocruz, como câmaras técnicas, grupos de trabalho e fóruns. Destacou que é preciso pensar como essas discussões institucionais são compartilhadas na Escola. Uma das possibilidades é a realização de Câmaras Técnicas conjuntas para repassar informes de diversos fóruns institucionais da Fiocruz, assim como trazer tais discussões para o CD. Outra estratégia é a interlocução permanente com a CCDE quando houver pontos importantes para a realização de uma comunicação pública estratégica.

Nesse sentido, solicitou que os representantes da CT de Saúde e Ambiente da Fiocruz, Alexandre Pessoa (titular), Bianca Borges (suplente), fizessem um relato sobre a reunião do dia 3 de julho de 2019 da CT. Na reunião, foi discutido sobre como projetar a temática saúde e ambiente nos 120 anos da Fiocruz, que terá como tema “O futuro da saúde e dos novos paradigmas científicos e tecnológicos em curso”.

Alexandre destacou a iniciativa de divulgação contínua da Série Institucional 'Ambiente, Saúde e Sustentabilidade' e a importância de todas as unidades fazerem ações nesse sentido. Informou que a EPSJV ainda não promoveu um evento específico sobre o tema, mas que a Escola está avaliando o momento mais pertinente.

Outro tema discutido foi a questão da Amazônia, que também será objeto de debate durante a programação de aniversário dos 35 anos da ENSP. Alexandre informou que pesquisadores da EPSJV irão à Amazônia para dar continuidade à pesquisa sobre a contaminação da população indígena pelo mercúrio.

Ele informou também que a VPAAPS criou um sistema de comunicação para que as unidades tenham acesso aos temas debatidos na CT de Saúde e Ambiente. A VPAAPS se colocou à disposição das unidades para ensinar como usar a plataforma.

Terceirização

O vice-diretor de Gestão informou que o processo de licitação para a terceirização dos trabalhadores de apoio ao ensino e pesquisa, com o contrato da Abradecont, foi prorrogado por mais seis meses. Foram realizadas diversas reuniões com o GT, visando atender aos apontamentos da CGU. Na última reunião, finalizaram-se os estudos preliminares e foram iniciados os trâmites do processo de licitação, através da Pesquisa de Preços junto aos fornecedores.

Confraternização da Escola

A comissão organizadora da confraternização de fim de ano da Escola informou que a festa está prevista para o dia 10 de dezembro. A Direção solicitou que os laboratórios e setores não agendem outras atividades nesta data.

A proposta da Comissão deste ano é realizar a festa fora da Unidade, conforme enquete realizada na comemoração do ano de 2018. Para certificarmos da possibilidade do evento nestes moldes, a VDGI consultou a procuradoria da Fiocruz.

A Direção também solicitou que os laboratórios e setores façam suas confraternizações de fim de ano após o horário do expediente.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Direção)
Bianca Borges (Lires)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Maurício (VDEI)
Daniel Souza (Labform)
Helifrancis Condé (CCI)
Ialê Falleiros (Lateps)
Janaína Gentili (Adoulas RJ) - convidada
Jefferson Silva (RET-SUS)

José Mauro (Lires) - convidado
José Orbílio (VDGDI)
Marise Ramos (Lateps)
Mayrilan Rolin (SGP) - convidada
Milena Menezes (Grêmio Politécnico)
Mônica Murito (Latec)
Mônica Olivar (CST/Cogepe) - convidada
Morgana Eneile (Adoulas RJ) - convidada
Pedro Castilho (SADM)
Raquel Moratori (Labgestão)
Rodolfo Pereira (Lavsá) - convidado
Sônia Gertner (CST/Cogepe) - convidada
Tiago Marques (Grêmio Politécnico)

Informes do CD EPSJV –29/08/2019 Enviados por escrito

Participação da EPSJV na 16ª CNS

A EPSJV contou com sete convidados na 16ª CNS, que participaram não só das discussões dos grupos temáticos e no ato em defesa do SUS, mas também de uma série de outras atividades que ocorreram durante o evento. Participaram da conferência: Anakeila Stauffer, Anamaria D' Andrea Corbo, Elenice Machado da Cunha, Luanda de Oliveira Lima, Mariana Nogueira, Márcia Valéria Morosini e Silvio Valle. Além destes profissionais, os jornalistas André Antunes, Cátia Guimarães e Maíra Mathias cobriram o evento para o site e a revista Poli, e para as distintas mídias sociais utilizadas pela Escola.

1) Participação em moções

A EPSJV participou da elaboração de quatro moções, todas aprovadas durante a plenária final.

- Moção para revogação da portaria 2.436 que instituiu a nova PNAB em setembro de 2017. Solicitou-se a retomada das diretrizes implementadas pela PNAB anterior, até que seja instalado um amplo processo de participação para a sua revisão e atualização. A moção, destinada ao Ministério da Saúde, ao Conass e ao Conasems, foi apresentada pelo delegado Bruno Pedralva, conselheiro municipal de Belo Horizonte, e integrante da Câmara Técnica de Atenção Básica do CNS. **Aprovação de 88,4% dos delegados votantes.**

- Moção que solicita a execução integral da formação técnica completa dos ACS e da formação técnica em vigilância em saúde, garantidas mediante financiamento público, na modalidade presencial, pelas instituições públicas inseridas na Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) e na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, incluindo também as escolas técnicas estaduais e as universidades estaduais e federais. Endereçada ao Ministério da Saúde, ao MEC, CONASS e CONASEMS, a moção foi proposta pelo

dirigente sindical Rodrigo Costa, presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde da Região Metropolitana de São Paulo (Sindacs-SP). **Aprovação de 85,5% dos delegados votantes.**

- Moção que solicita ao Ministério da Saúde a efetivação das políticas nacionais de educação popular no âmbito do SUS (PNEPS-SUS) e de Práticas Integrativas e Complementares (PNPICS), bem como as Políticas de Promoção da Equidade. O texto pede ainda a manutenção do Programa de Qualificação em Educação Popular em Saúde através da continuidade do curso de aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde (EdPopSUS), oferecido pela EPSJV/Fiocruz, bem como outras iniciativas de formação em educação popular em saúde. Foi proposta pelo secretário municipal de Saúde de Feira Nova, em Sergipe, Manoel Messias dos Santos. **Aprovação de 88,2% dos delegados votantes.**

- Moção proposta pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária sobre "Saúde Única" endereçada ao Ministério da Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde. A moção solicita a incorporação do conceito nas diretrizes do SUS e nas ações de vigilância em saúde e atenção básica, promovendo a integração da saúde humana, animal e ambiental para a prevenção de doenças e agravos.

2) Participação em atividades autogestionadas

- "Desafios da APS no âmbito do SUS em uma perspectiva de desmonte de direitos: a universalidade está garantida?" - Como proponente, coordenação e uma das palestrantes (Mariana Nogueira);
- "A defesa do SUS e estratégias de luta contra a privatização da saúde".

3) Participação nas atividades da tenda Paulo Freire

- organização da roda de conversa sobre a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS);
- Atividade organizada pela rede de médicos e médicas populares de saúde sobre a MP 870 e a criação da agência de desenvolvimento da APS.

4) Participação, junto com outros pesquisadores da Fiocruz, da elaboração de contribuições e sugestões para a construção de emendas à MP 890, de 01 de agosto de 2019, enviadas a diversos parlamentares.

5) Participação na atividade "Papo com Pizza – saúde e educação na 8º + 8", organizada pela Associação Brasileira de Enfermagem.

6) Participação de reunião com diversos movimentos sociais, entidades e comissão organizadora da 16ª Conferência para elaboração do texto lido no encerramento da Conferência – "Democracia é Saúde- pelas liberdades democráticas e pelos direitos sociais: em defesa do direito à saúde!".

Complexo de Formação de Professores (CFP)

No dia 21 de agosto, a diretora da EPSJV, Anakeila Stauffer, e o vice-diretor de Ensino da EPSJV, Carlos Maurício, participaram de uma reunião com o coordenador do Complexo de Formação de Professores (CFP), professor Vitor Giraldo (UFRJ). A convite da EPSJV, também participaram da reunião, a vice-presidente de Educação,

Informação e Comunicação da Fiocruz, Cristiani Machado, e seus assessores Cristina Guilam, Eduarda Cesse e Paulo Carvalho.

A Vice-Presidente ressaltou a disposição da instituição em aderir à proposta e enfatizou a demanda institucional por formação em docência para os alunos de Pós-Graduação. A seguir, Vitor Giraldo destacou que o CFP surgiu na gestão do reitor Roberto Leher, sendo aprovado como uma estrutura da UFRJ no Conselho Universitário. A atual reitoria está comprometida com esse projeto que vem fomentar a transformação dos cursos de licenciatura da UFRJ. Uma das ações mais claras do CFP é ter uma rede para que os licenciandos realizem seus estágios, no entanto, ampliou-se o escopo para projetos de iniciação científica e atividades em museus, aprofundando-se a compreensão sobre os espaços educacionais na cidade. Atualmente, o CFP tem um site próprio. Informou que além de instituições federais, há escolas municipais e estaduais envolvidas no CFP, pois se compreende que os professores de Educação Básica se constituem como formadores dos licenciandos. Salientou, por fim, o valor da articulação entre distintas instituições públicas.

Após um extenso debate sobre a importância de estruturação do trabalho interinstitucional, foram apontados os seguintes encaminhamentos: formalização da participação da Fiocruz no CFP, por meio de um instrumento legal, e a realização de uma "cartografia institucional" na qual se defina as ações das quais a Fiocruz poderá participar, tais como iniciação científica, realização de estágios, participação na Olimpíada de Meio Ambiente, entre outros.

Terceirização

O contrato de terceirização dos trabalhadores de apoio à gestão, com a empresa IPPP, que se encerraria em 14 de agosto de 2019, foi prorrogado por mais 12 meses. Definiu-se também, por meio de uma Portaria da Direção, uma comissão, que já está em atividade, para qualificar e delinear os cargos, funções e atividades para o próximo contrato, a fim de atender aos apontamentos da CGU.

Feira de Ciências

Por iniciativa de professores do Latec (Fernanda, Mônica, Tainah e Tiago), em parceria com docentes do Labform, Labgestão e a Coordenação de Atividades Diversas, foi planejada a I Feira de Ciências da EPSJV. Esta iniciativa pretende fazer com que os alunos participem mais ativamente de processos de construção de atividades voltadas para a divulgação da ciência, por meio da apresentação de trabalhos. O evento está programado para o dia 24 de outubro e integra o calendário de atividades da Fiocruz na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Estão programadas atividades para o dia inteiro, com possibilidade de ampliação para os alunos do horário noturno. As atividades programadas acontecerão nas salas do primeiro andar da EPSJV. O evento também terá a participação do ônibus Ciência na Estrada, do pesquisador Marcos Vannier, do IOC, que ficará estacionado na parte de trás do prédio, por questões de segurança. A ideia é que o evento não fique restrito apenas aos alunos da Escola e nem aos convidados da Fiocruz. Os organizadores pretendem ampliar o convite para as escolas do entorno, como forma de socializar e dinamizar o conhecimento de ciências. A proposta está aberta para todas as turmas da Escola e já conta com um espaço de

divulgação no Portal EPSJV. A primeira iniciativa foi a realização do concurso da logo do evento e a explicação do mesmo encontra-se no portal (<http://www.epsjv.fiocruz.br/i-feira-de-ciencias-da-epsjv>).

Bolsas do CNPq

Nas últimas semanas, foi amplamente divulgada a situação do CNPq, que devido aos cortes orçamentários poderia sofrer com a interrupção dos programas de bolsa, tanto de pós-graduação quanto de iniciação científica. A situação se agravou e, no dia 13 de agosto, o sistema do CNPq parou suas atividades de cadastramento de bolsistas, 48 antes do prazo final de término. Isto afetou o Provoc que, devido ao processo mais minucioso, acabou sofrendo com a interrupção do sistema e, conseqüentemente, corte das bolsas. O número total de bolsas disponíveis para o programa seria de 123, mas a coordenação do Provoc, durante o cadastramento dos alunos, teve sua atividade interrompida, sendo implantadas apenas 51 bolsas, entre alunos das etapas Avançado e Iniciação. A questão foi levada para a Vice-presidência de Pesquisa da Fiocruz, que levou o problema para a reunião da Presidência da Fiocruz para discutir de forma mais ampla, pois, segundo relatos oficiais, o CNPq só está garantido as bolsas dos programas de iniciação científica até setembro, depois todos os alunos ficarão sem pagamento. Esse é um problema que não só afeta ao Provoc, mas a toda a Fiocruz, com a possibilidade de suspensão dos programas PIBIC e PIBIT graduação, dos quais, atualmente, a EPSJV tem seis bolsistas. No dia 29 de agosto, o tema foi amplamente discutido na Câmara Técnica de Pesquisa da Fiocruz para pensar uma solução para os alunos do Provoc e para o Programa PIBIC/PIBIT da Fiocruz.

Comunicação de crise

Durante a reunião da Comissão de Implementação da Política de Comunicação da Fiocruz, realizada no dia 16 de agosto de 2019, a coordenadora da CCS, Elisa Andries, falou sobre o fato da comunicação de crise ter se tornado um fenômeno quase diário. Ela disse que a CCS tem um protocolo, que acompanha/monitora pelo clipping de imprensa e, quando identifica algo que começa a se configurar como uma crise, aciona a unidade relacionada. Ela destacou o papel do chefe de gabinete, Valcler Rangel, como um parceiro essencial ao trabalho da CCS hoje.

Umberto Trigueiros (presidência) propôs que a CCS faça um rascunho de um documento orientador para as unidades e que seja referendado naquela comissão que estava ali reunida. Wagner Vasconcelos (Fiocruz-Brasília) sugeriu que essa discussão seja levada às Câmaras Técnicas da Fiocruz, especialmente as de Pesquisa.

GT de Identidade Visual/Marca

Na mesma reunião, Elisa (CCS) informou que o GT de Identidade Visual/Marca da Fiocruz deve apresentar na próxima Câmara Técnica de Comunicação, Informação e Informática da Fiocruz, prevista para novembro de 2019, o trabalho desenvolvido até agora pelo grupo. Ela explicou que a proposta não é mudar a marca, mas aperfeiçoá-la, dando mais visibilidade. O GT também está desenvolvendo um manual de uso da marca.

Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde

O curso de Aperfeiçoamento de Educação Popular em Saúde, coordenado pelo Laborat, tem em andamento 17 turmas no Maranhão e 10 turmas no estado do Rio de Janeiro, na modalidade de convênio com os governos locais. As turmas começaram entre julho e agosto de 2019. Também está em andamento a primeira turma regular na sede da EPSJV, iniciada em 16 de agosto de 2019.

Cooperação Internacional

A Coordenação de Cooperação Internacional (CCI) finalizou e enviou para a Opas/OMS o Relatório do Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (CC-OMS) para a Educação de Técnicos em Saúde, referente ao período de 18 de julho 2018 a 17 de julho de 2019. Esse relatório é enviado anualmente e visa à prestação de contas sobre o Plano de Trabalho apresentado no processo de redesignação da EPSJV como Centro Colaborador.

É importante destacar que, em janeiro próximo, está programado o início do processo de redesignação do Centro Colaborador e, conseqüentemente a elaboração de um novo Plano de Trabalho, para o período de 18 de julho de 2020 a 17 de julho de 2024.

Plano de trabalho

A CCI participou, de 7 a 9 de agosto de 2019, de uma oficina organizada pela VPEIC e o CRIS para constituição de um plano de trabalho e de cooperação entre a Fiocruz e o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA). A oficina teve como objetivos:

- Identificar interesses comuns e destacar prioridades para elaborar o Plano de Ação relativo à implementação do Memorando de Entendimento UNFPA/Fiocruz.
- Enfatizar a importância de acelerar a implementação da ICPD (Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo, Egito, 1994) na agenda 2030 através da cooperação sul-sul.

As prioridades da UNFPA dizem respeito, portanto, à agenda sobre "Juventude, saúde e direitos sexuais e reprodutivos". Neste sentido, estão previstas atividades posteriores para discussão sobre o papel e as contribuições das redes estruturantes da CPLP (RETS, RINSP e RESP) nesta agenda e no plano de trabalho.